

Contribuinte n.º 502265094

Depósito legal n.º 45458/91

Registo ICS n.º 11410

E-mail publico@publico.pt Lisboa

Rua de Viriato, 13 - 1069-315 Lisboa

Tel. 210110000 (PPCA); Fax: Dir.

Empresa 21011015; Dir. Editorial

21011006; Agência 21011007

Redacção 21011008; Publicidade

21011013/21011014 Porto Rua de João de

Barros, 265 - 4150-414; Tel. 226151000

(PPCA) / 226103214; Fax: Redacção

226151099 / 226102213; Publicidade.

Distribuição Logista Portugal

Rua do Corpo de Deus, 3.º - 3000

176 Coimbra; Tel. 239829554; Fax:

239829648 Madeira; Tel. 934250100;

Fax: 707100049 Proprietário PÚBLICO.

Comunicação Social, SA Sede: Rua

de João de Barros, 265, 4150 Porto

Impressão Unipress; Travessa de

Anselmo Brancamp, 220, Arcoselo/4405

Valadares; Tel. 227537030; Mirandela

- Rua de Rodrigues Faria, 103, 1300

Lisboa; Tel. 213613400; Fax: 213613469

Distribuição Logista Portugal

- Distribuição de Publicações, SA

Lisboa; Tel. 219267800; Fax: 219267866;

Porto; Tel. 227169600/1; Fax: 227162123;

Algarve; Tel. 289363380; Fax:

289363388; Coimbra; Tel. 239980350;

Fax: 239983605; Assinaturas 808200095

Tiragem média total de Outubro

56.967 exemplares

Membro da APCT - Associação Portuguesa do Controlo de Tiragem

O OE para 2009, a ser aplicado tal qual, colocaria o défice próximo dos quatro por cento sem receitas extraordinárias

Orçamento em tempos de crise

Que tipo de política orçamental necessitamos numa situação de crise como a actual? Não vou questionar a sua desejabilidade, mas, assumindo que vai acontecer, qual deve ser a política adequada a este momento.

Desde logo, os objectivos a atingir pela política orçamental: emprego, a requalificação da economia e o apoio às famílias e empresas com problemas.

Depois, os princípios (é bom ter presente os princípios, para sabermos o que estamos a fazer) a que deve obedecer a política orçamental, neste momento: rapidez nos efeitos, garantia de impactos directos na economia nacional e, acima de tudo, sustentabilidade.

A rapidez de execução é essencial, pois projectos cuja despesa se realize daqui a três ou quatro anos não têm efeitos expansionistas relevantes agora, exactamente quando são necessários.

Segundo, deve-se garantir que os investimentos tenham o máximo impacto directo na economia nacional, uma vez que sobre os efeitos indirectos não temos controlo.

A sustentabilidade é o factor mais importante para que não se iniciem investimentos que comprometam o orçamento daqui a dez anos. Há que impedir projectos que ponham em causa a solvência do Estado e hipotetem o futuro. Agentes falidos e insolventes já temos que cheguem.

Desde logo, como facilmente se pode ver, a vasta maioria dos chamados grandes projectos públicos chumba em todos os princípios atrás referidos (ex: TGV) ou quase todos (ex: auto-estradas). Em geral, não são sustentáveis, comprometendo o futuro e os impactos relevantes estão para além de 2009. O maior monstro — o TGV — não terá impactos directos significativos na economia nacional e os que tiver possivelmente são negativos.

Por outro lado, o Orçamento em discussão para 2009, a ser aplicado tal qual e mesmo sem agravamento da crise, colocaria o défice próximo dos quatro por cento, sem receitas extraordinárias. Ou seja, a sustentabilidade das finanças públicas nacionais em 2009 voltará a ser um problema próximo do verificado em 2005. Já este ano, a despesa (nomeadamente a primária) está a crescer e o valor do défice, com sorte, manter-se-á semelhante ao de 2007 (sem receitas extraordinárias, naturalmente). Em 2009, a despesa pública continuará a aumentar e aproximar-se-á, perigosamente, dos níveis de 2005, no cenário macroeconómico muito optimista do Governo.

Então, que tipo de política orçamental? Primeiro, na política orçamental, há despesas e receitas. Aliviar a carga fiscal, temporariamente (temporariamente, note-se), na presente crise, é uma boa ajuda para as famílias mais aflitas. O facto de, por exemplo, se reduzir o IRS para a classe média-baixa, só para 2009, através de uma redução na retenção na fonte teria efeitos imediatos,aju-



Luís Campos e Cunha

daria as famílias e não comprometeria o futuro. Outra sugestão seria reduzir, durante 2009, as contribuições para a segurança social, o que teria um impacto positivo nos custos do trabalho minorando o aumento do desemprego. E, como mais vale subsidiar o emprego do que o desemprego, seria mais humano e com reduzidos efeitos orçamentais. Seria, além disso, apenas para o período mais agudo da crise.

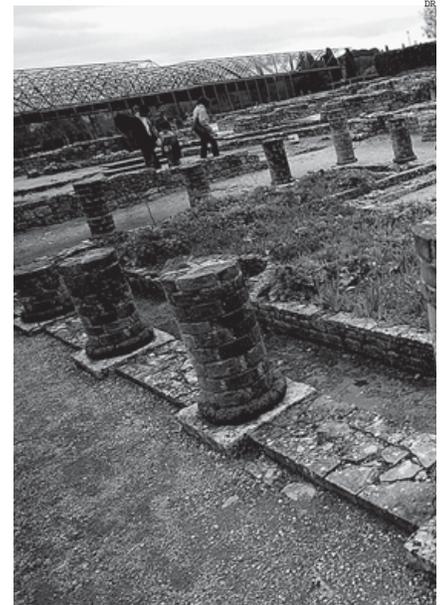
Quanto à despesa, como sabemos a crise passou ser a justificação ideológica para levar o TGV (e quejandos) por diante, o que apenas agrava os problemas: de acesso ao crédito agora, orçamentais no futuro.

Que tipo de despesa devemos realizar que obedeça àqueles princípios? Pequenos projectos mas em grande número. Os exemplos são fáceis de encontrar. Requalificação urbana das grandes cidades (fundamentalmente, Lisboa e Porto) e das aldeias. Enquanto as urbes de média dimensão tiveram uma melhoria notável na qualidade de vida, tal não aconteceu em Lisboa ou no Porto e nas pequenas vilas. O que se fez em Lisboa na zona do Chiado-Camões é necessário generalizar para Campo de Ourique ou Alvalade. O mesmo se passa nos bairros antigos do Porto.

Outra sugestão de despesa é a exploração e a pesquisa de zonas arqueológicas cuja existência é conhecida, mas sobre as quais nada se sabe. Dizia-me um amigo americano que Portugal tem um potencial arqueológico absolutamente ímpar no mundo. Temos de tudo um pouco, temos paleolítico, celta, fenício, romano, bárbaro, árabe, etc. A nossa melhor estação arqueológica é Conímbriga e nem essa está integralmente estudada. Mas o abandono do Cromleque dos Almendres, de Foz Côa, dos castros, das mamoas, das vastas e inúmeras ruínas romanas faz dó. Há arqueólogos, historiadores, botânicos, zoólogos... no desemprego. Há pequenas obras para pequenos centros explicativos que tornariam pequenas empresas de construção viáveis. Etc, etc. O país ficaria mais atraente para o turismo de qualidade, que não o é, criávamos emprego e não hipotecávamos o futuro, pelo contrário.

Uma terceira sugestão (bastaria copiar dos espanhóis) é aumentar o orçamento da Cultura. Durante os próximos dois anos, pelo menos, é natural e esperada uma crescente dificuldade em obter apoio mecenático das empresas para as actividades das instituições culturais e para continuar a comprar obras de arte para as colecções nacionais. Por outro lado, deverão aparecer boas peças de arte a preços excepcionalmente baixos, que deveríamos aproveitar, pois Portugal é paupérrimo em colecções de arte. O Orçamento para 2009 faz exactamente o contrário.

Estes exemplos, entre muitos, são despesas que podem ter consequências quase imediatas na economia, que melhorariam significativamente a qualidade de vida dos



Que tipo de despesa? Pequenos projectos, mas em grande número. Uma sugestão seria aumentar o orçamento da Cultura

portugueses e com elevado impacto no emprego. Mais ainda, porque são pequenos projectos, não criam problemas orçamentais a prazo, porque são limitados no tempo.

Não sou um fanático da política orçamental numa pequena economia, com um elevado défice externo, como a portuguesa. Mas não é pedir de mais que, pelo menos, seja bem feita. Dizem que Keynes dizia que, em depressão, abrir e tapar buracos é suficiente para estimular a economia. A nós bastaria tapar, pois buracos não faltam, e as populações agradeceriam. Mas para isso não há recursos.

Não hipotetemos o futuro: Nova Iorque nos finais dos anos 70 foi à falência e, em relação aos Estados Unidos, estava em "moeda única". Eu sei quais foram as consequências para a cidade, eu vivi lá no período imediatamente a seguir. Foi duro! *Professor universitário*

O deficiente funcionamento da justiça põe em causa de forma insidiosa os pilares civilizacionais da nossa sociedade

Justiça: distinguir o essencial do acessório

De madrugada um advogado da capital dirigiu-se para uma comarca no interior profundo do país onde tinha um julgamento. Pelos 9h30, à hora marcada, cerca de 30 testemunhas, as partes e os seus mandatários legais estavam presentes para a diligência. Perto das 11h00 da manhã a secretária avisa que a sessão não se realizará, porque o juiz titular esqueceu-se do processo e não veio. Entretanto, num tribunal de Lisboa, no âmbito de um processo, são desmarcadas cinco audiências, agendadas para diferentes dias, com recurso programado de videoconferências em meia dúzia de comarcas, com notificações realizadas, com a necessária planificação de tempo, de estudo e de disponibilidade dos interessados e dos seus representantes e tudo porque, em cima da hora, o julgador entendeu comparecer num congresso do seu interesse.

Quando a aparente ficção terceiro-mundista invade a vida real, pergunta-se onde estão os direitos fundamentais dos cidadãos?

Quem trabalha em prol da defesa das pessoas verifica um crescendo envolvente de desqualificação e de desrespeito que se apodera do quotidiano, colocando em causa de forma insidiosa os pilares civilizacionais da nossa sociedade.

Uma justiça assente na discricionariedade dispositiva das vidas de terceiros e na proibitiva relação entre os custos judiciais efectivos e os benefícios quase nulos resultantes de decisões tardias e indecorosamente arrastadas no tempo, não cumpre a sua função de garantia de Estado de direito, revelando-se perigosa e arbitrária para quem se socorre da sua protecção ou em oposto é visado pela sua acção. O bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho e Pinto, simboliza uma voz legítima dos cidadãos e foi eleito pelos seus pares enquanto sua face visível.

Certamente que a grande maioria dos advogados pouco se interessa pelo vencimento alto ou baixo do bastonário ou, em alternativa, se os presidentes dos conselhos distritais supostamente exageram ou não nas despesas

Pedro Tenreiro Biscaia

de representação. Nesta conjuntura, perder tempo com estas questões é ignorarmos o caos em que nos estamos a afundar.

Os advogados portugueses sabem distinguir o essencial do acessório em respeito das pessoas que representam e esperam do bastonário a liderança combativa que determinou a sua eleição. Ignorar a realidade e persistir em lutas fratricidas apenas nos vão conduzir ao caminho descendente do vazia.

A busca de respostas e de soluções para os dramas diários que afectam a justiça em Portugal exige a colaboração ou o confronto, se necessário, entre todos os agentes do nosso sistema judiciário, colocando-se de lado questões e problemas mediocres, concentrando-nos na defesa do Estado de direito, dos cidadãos e dos advogados, recuperando e assumindo, assim, a estatura moral e histórica da nossa classe profissional. António Marinho e Pinto, está nas suas mãos! *Vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados*